

ENTRE ROTAS E FIXAÇÕES: A PRESENÇA CALON NO SUL DO MARANHÃO E SUA INVISIBILIDADE POLÍTICA

BETWEEN ROUTES AND FIXATIONS: THE CALON PRESENCE IN SOUTHERN MARANHÃO AND ITS POLITICAL INVISIBILITY

Janeide da Silva Cavalcante¹
Watilla Cirqueira Leite²
Wellington da Silva Conceição³

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a presença de ciganos calons no sul do Maranhão, especificamente em duas cidades: São João do Paraíso (MA) e Estreito (MA), e como eles constroem redes de trocas ou de relações por parentesco nesta região. Nesse sentido, ao adentrar em um espaço cigano é comum que uma rede de relações se abra, e contemple outros espaços que não seja apenas o espaço em que estão fixos. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo analisar a presença de ciganos na região Sul Maranhense, apresentando as redes traçadas e analisando as relações entre ciganos e não ciganos a partir dos estereótipos e estigmas que lhes são direcionados, surtindo efeitos nefastos, como o da invisibilidade política. A partir de uma observação direta pode-se destacar como os ciganos pesquisados vivem hoje em uma condição de moradores em ambas as cidades, e muitas vezes desconhecem políticas públicas e os direitos que têm, vivendo de trocas ou do comércio informal, construindo a partir disso seus modos de vida, nestas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Ciganos. Maranhão. Fixação. Rotas e trocas.

ABSTRACT

This article discusses the presence of calon gypsies in southern Maranhão, specifically in two cities: São João do Paraíso (MA) and Estreito (MA), and how they build networks of exchanges or kinship relationships in this region. In this sense, when entering a gypsy space, it is common for a network of relationships to open, which

¹ Mestranda em Sociologia pelo Programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: janeide.cavalcante@hotmail.com

² Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: wcirqueiraleite@gmail.com

³ Doutor em Ciências Sociais (UERJ). Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: wellingtoncs@mail.uft.edu.br

contemplates other spaces that are not just the space in which they are fixed. Thus, the present article aims to analyze the presence of gypsies in the Southern Maranhense region, presenting the networks drawn and analyzing the relationships between gypsies and non-gypsies based on stereotypes and stigmas that are directed to them, causing harmful effects, such as that of political invisibility. From a direct observation, it is possible to highlight how the researched gypsies today live in a condition of residents in both cities, and are often unaware of public policies and the rights they have, living from exchanges or informal trade, building from that their ways of life in these cities.

KEY-WORDS: Gypsies. Maranhão. Fixation. Routes and exchanges.

INTRODUÇÃO

Existem registros da presença de ciganos no Brasil desde o período colonial. Sua presença no país, assim como em outros lugares do mundo, é marcada por estereótipos e preconceitos sofridos, advindos de interpretações reducionistas tanto do estilo de vida (nômade), das práticas culturais próprias (como a leitura de mãos) ou pelo uso de uma língua “estranha”, utilizada entre eles. Os ciganos constituem um grupo étnico, compartilhando valores culturais, como aponta Barth, ao definir grupos étnicos como quem “se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo” (BARTH, 1998, p. 189-190).

A história dos ciganos é marcada por políticas anticiganas, com leis e decretos que os forçavam a se deslocarem constantemente. Com as migrações ciganas a partir do século XVI, vieram as perseguições e práticas discriminatórias em vários países, aliadas ao estigma construído. Em alguns países da Europa eram classificados como “raça maldita” e “demônios” e associados a mendigos e bandoleiros. A sua língua era vista como “estranha”, um artifício para enganar. A dispersão cigana pelo mundo se deu muitas vezes de forma forçada e às vezes por iniciativa própria, mas o que se pode evidenciar é que o estigma atribuído e as práticas discriminatórias decorrentes (concretizadas em políticas anticiganas) que forçavam ou motivavam suas mudanças.

Os ciganos vão se espalhando por toda a Europa, América e África. Os grupos vão se diferenciando por meio de vivências e culturas diversas, e fica assim mais difícil conceituar cigano, já que existem vários grupos (PEREIRA, 2009). Segundo Toyansk (2019, p. 15), os ciganos formam uma “comunidade heterogênea”, dado pelos tantos

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

grupos e subgrupos em que estes se dividem. Assim, podem ser divididos em três grupos principais, Calon, Rom e Sinti. Os ciganos calon, “proveniente dos países Ibéricos[...] Foram os primeiros a chegar ao Brasil, como deportados de Portugal a partir do século 16” (TOYANSK, 2019, p. 16).

O Maranhão é apontado por muitos autores como o local para onde os primeiros ciganos (calons), deportados de Portugal, foram então mandados, ainda no período colonial (BARROSO, 2004; TEIXEIRA, 2009; MOONEN, 2011). Distante dos principais centros da colônia, tal região era adequada para isolar um grupo com o qual os europeus tinham tantos receios. Tais pesquisadores apontam para a existência de documentos que afirmam que os ciganos eram degredados para terras Maranhenses. Mas pouco se sabe sobre a presença destes povos no Maranhão do Brasil colônia, assim como a história desses ciganos que de Portugal foram encaminhados. Atualmente, a Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR)⁴ do estado do Maranhão destaca que há cerca de 4 mil ciganos em terras maranhenses.

A partir de levantamentos feitos pela Associação Internacional Maylê Sara Kali (AMSK/BRASIL)⁵ identificou-se a presença de ciganos em 849 municípios brasileiros (AMSK/Brasil, 2013). Desses, 20 municípios estão no Maranhão: Afonso Cunha, Alto Alegre do Maranhão, Barra do Corda, Barão de Grajaú, Boa Vista do Gurupi, Central do Maranhão, Codó, Governador Edson Lobão, Cachoeira Grande, Icatu, Itapecuru Mirim, Lagoa do Mato, Miranda do Norte, Morros, Pinheiro, Pirapemas, Nova Olinda do Maranhão, São João do Paraíso, São Pedro dos Crentes e São Roberto. A pesquisa realizada tem como aporte informações sobre acampamentos.

Nesse sentido, o presente trabalho discute a presença cigana no sul do Maranhão, especificamente em três cidades, uma já apontada nos levantamentos de municípios com a presença cigana, as outras duas não, mostrando assim como os dados numéricos sobre as populações ciganas são incipientes, assim como estes povos na maioria das vezes passam invisíveis aos olhos do Estado.

⁴ Ver: <https://igualdaderacial.ma.gov.br/seppir-publicada-diretrizes-para-a-elaboracao-do-plano-nacional-de-politicas-para-os-povos-ciganos/>

⁵ É uma organização, com sede em Brasília, que tem como objetivo divulgar a história e costumes dos povos ciganos no Brasil e também em defesa dos direitos humanos.

Disponível em: <http://www.amsk.org.br/quemsomos.html>

Damos destaque à presença cigana em dois municípios do sul do Maranhão: São João do Paraíso e Estreito. Nessas cidades, realizamos pesquisa de campo sistemática – de caráter etnográfico – entres os anos de 2017 e 2020. Os ciganos que residem nestas cidades, em sua maioria, têm uma ligação parental ou se relacionam através de trocas ou negócios. A maioria dessas famílias está em terras maranhenses há muitos anos, agora vivendo em uma condição de moradores em ambos os municípios. Sendo estes calons, vivem em constante fluxo, estabelecendo rotas e delimitando redes de relações. A terceira cidade é Carolina. Nesta cidade não realizamos trabalho de campo, mas buscamos informações junto aos próprios ciganos de Estreito (com quem estabelecem vínculo parental) e junto a pesquisadores da região. O objetivo de inserir as informações sobre Carolina, ainda que sejam poucas, é demonstrar como essa rota cigana no Sul do Maranhão vai se estendendo e ganhando novas territorialidades.

A realidade social desses sujeitos no tocante ao preconceito e discriminação não se difere da realidade social de ciganos que vivem em outros contextos geográficos, visto que são sujeitos pertencentes a uma cultura diaspórica e estigmatizada historicamente – portanto, sujeitos que carregam consigo o *estigma social* (GOFFMAN, 2004).

Buscamos analisar neste trabalho as redes traçadas por essas famílias calon que se estabelecem na região sul-maranhense, evidenciando os fluxos e rotas; a maneira como se mobilizam e como essas redes se conectam através das relações de parentesco. Para isso, investigamos como uma rede calon se estrutura nesses municípios Sul Maranhenses, e como os ciganos se mobilizam em constantes rotas que se estabelecem, sobretudo, através das relações de parentesco (MONTEIRO, 2019). A principal metodologia utilizada neste trabalho foi a etnografia, com recurso à observação direta e a conversas informais no contato entre pesquisador e pesquisado, a partir das relações mantidas em campo. (WHYTE, 2005; ROCHA E ECKERT, 2008).

CIGANOS EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO

Atualmente vivem na cidade de São João do Paraíso-MA⁶, dois grupos de ciganos *calons*⁷, se dividindo entre as famílias de José⁸ cigano e Mário cigano, estabelecidos no município há mais de 40 anos, antes mesmo dela ser emancipada. Estes dois nomes distinguem os dois grupos de ciganos presentes, já que são os principais representantes ou lideranças desses grupos. Ambos residem em bairros que têm uma boa localização na cidade e que contam com a presença de não ciganos.

Esses grupos residem na cidade desde quando ela ainda era um pequeno povoado, por volta de 1960, passando a viver no pequeno município que estava sendo criado, e hoje se consideram “*moradores*” da cidade. Se consideram, mas não se identificam, pois para esses ciganos, *moradores* são aqueles que possuem – além da residência fixa – um vínculo estático com o território. Preferem se colocar na condição de *andadores*. Hoje em dia, ambos os grupos já fixaram moradia em busca de melhores condições de vida que – segundos os depoimentos – não tinham com a prática do nomadismo.

Segundo José, a vinda para a cidade se deu porque venderam suas casas, algo que segundo ele é da “*vida de cigano*”: vendiam e compravam casas, viviam andando até parar nesta cidade. Sobre a permanência na cidade relata que “*o Paraíso é muito bom. Muitos ciganos foram embora daqui e estão arrependidos. Aqui é uma terra muito boa*”.

A ida e vinda de ciganos em São João do Paraíso era uma constante. A chegada do grupo de Mario se deu pelo parentesco de sua mãe com o grupo do Antônio que hoje reside na cidade de Estreito, assim como a vinda desse se deu pela presença do grupo do José. Os ciganos, atualmente, consideram a cidade de São João do Paraíso uma cidade

⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) a população estimada de São João do Paraíso é de 10.977 habitantes, tendo a área territorial de 2.053,843 km. A cidade de São João do Paraíso localiza-se no Sul do Maranhão, uma divisão em microrregiões desse estado, onde se agrupam dezenove municípios.

⁷ “Os ciganos no Brasil se dividem em três principais grupos, Calon, Room e Sinti. Os Calon ou Kalé, que falam a língua *caló*, os ‘ciganos ibéricos’, que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como Gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para a América do Sul” (MOONEN, 2011, p.13).

⁸ Os nomes dos ciganos são fictícios para resguardar a identidade dos interlocutores.

boa para viver, pois – segundo nossos interlocutores – eles vêm construindo nela uma imagem de respeito, já que quando chegaram sofreram por conta de estereótipos depreciativos, os quais enfrentaram em todos os lugares onde estiveram. Assim, eram chamados de ladrões, trapaceiros, e ainda diziam que tinham uma vida errônea, propiciada pelo nomadismo.

De acordo com Mario, quando os ciganos chegaram na cidade tinham uma má fama. Todos achavam que os ciganos eram ladrões, trambiqueiros e a população em geral tinha receio deles. Disse ainda que aos poucos os cidadãos foram percebendo que eles não eram assim. Antes os ciganos não podiam nem entrar em uma loja porque ninguém confiava neles, mas isso hoje mudou. Conforme destaca Mario: “quando cheguei aqui e entrava dentro das lojas os donos falavam para as empregadas ‘ei olha lá os ladrões’, nos chamavam de ladrões. Aquilo ali estava quase me matando” (MARIO, 2018).

Características como as práticas sociais e culturais diferenciadas constituem – na relação com os não ciganos – atributos que os colocam em uma condição de anormalidade, dependendo do próprio atributo e do sujeito que o porta. Tal característica é, segundo Goffman (2004), um estigma, capaz de estragar e diminuir qualquer pessoa, já que o estigma é “[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 2004, p. 13), que a sociedade leva em conta e torna este indivíduo desacreditado, desprezível, colocando-o em uma condição diminuta e degradada diante dos demais.

Apontamento semelhante também foi feito por José ao afirmar que quando seus familiares chegaram na cidade sofreram rejeição por parte da população. Sendo os primeiros ciganos a chegar nesta cidade, se instalaram em uma área (naquele momento) afastada da região central, mas ainda assim destacam que sofreram vários preconceitos. Segundo o próprio José, quando iam nas casas ninguém os recebia: “ninguém nos dava rancho”. Apesar desse histórico de preconceitos, ele defende que hoje se tem uma imagem muito diferente dos ciganos. Atualmente, esse grupo se espalhou pela cidade, alguns se casaram com locais e foram morar na região rural ou em outros bairros da cidade.

Sobre as relações e inserções na cidade, o cigano Mario destaca que já recebeu até o título de cidadão paraisense⁹, apontando que na cidade é reconhecido como uma boa pessoa: “Olha, é só falar aqui quem é o Mario cigano que todo mundo conhece. Todos confiam em mim. Compro em qualquer loja, ninguém desconfia de mim”.

Os ciganos que estão residindo em moradias fixas nesta cidade decidiram morar permanentemente buscando uma estabilidade social, com o intuito de acabar com os sofrimentos advindos de uma vida nômade. A cada dia, como moradores, estes povos vêm lutando para se livrarem dos preconceitos que a população em geral possui sobre eles. A fixação, expansão e movimentação deles na cidade (por exemplo, a construção e venda de casas e mudanças dentro do próprio município) é algo que mostra a sua cultura como povo que troca e que muda, assim como apontou um dos entrevistados. Ele afirmou que essas práticas são próprias do *ser cigano*, que costuma vender, trocar, construir e andar: fato que pode mostrar um modo “nômade” de estarem fixados na cidade.

Tais trocas e relações com a população local mostram como os ciganos estão inseridos na cidade. Dadas todas as diferenciações, estigmas e preconceitos sofridos pelos ciganos em São João do Paraíso (MA), eles apontam que a imagem referente ao seu grupo social na cidade mudou, que estes têm boas relações com a população local, e que essa mudança se deu porque a população local, com o tempo, pode ver como estes realmente são. Como destaca Mario,

Quando chegamos aqui as pessoas já conheciam os ciganos. Tinham muitos preconceitos e toda cidade têm. Agora que o pessoal nos conhece aqui, sabe que somos pessoas que trabalham direito. Agora não tem mais isso. Eu sou de dentro da casa das pessoas, o pessoal todo gosta da gente do Estreito pra cá, o pessoal gosta da gente. (2020)

Na compreensão do interlocutor, o contato há mais tempo entre ciganos e não ciganos possibilita que estes possam controlar as informações que as pessoas tenham sobre eles, criando uma imagem sobre os ciganos. A fixação na cidade por um longo

⁹ O título de cidadão paraisense é um projeto da câmara de vereadores que concede a alguém tal honraria por contribuições à cidade. O título foi oferecido ao Mário cigano por causa das casas e bairros que este e demais ciganos construíram e expandiram, e também pelo reconhecimento da importância das trocas e vendas junto à comunidade local.

período é apontada pelos líderes ciganos como o elemento que possibilitou que fossem conhecidos e que os locais percebessem que as representações costumeiras a respeito do seu povo estavam erradas.

Tal desconstrução na imagem dos ciganos é fundamental para que possam construir relações amigáveis com a população local. Eles sobrevivem a partir de trocas e vendas, e das negociações que fazem, como aponta Mario sobre a sua “fama” nesta região e sobre as trocas: “Aqui todo mundo me conhece. De Estreito pra cá, eu mando só recado e as pessoas mandam as coisas pra mim. Uma pessoa direita entra em todo lugar, não é?” (Mario, 2020).

Dessa forma, há em São João do Paraíso uma rede de relações entre ciganos e não ciganos, que é tanto de negociações como de socialidades e solidariedades entre si. Ao adentrar estes grupos foi possível saber da presença cigana em outros municípios como Estreito, e municípios vizinhos a Imperatriz¹⁰. Abre-se assim uma rota da presença cigana nesta região, algo que não é evidenciado e nem amparado pelo Estado, e tais populações não aparecem sequer nos dados estatísticos oficiais.

CIGANOS EM ESTREITO

A cidade de Estreito também está localizada na mesorregião do Sul do estado do Maranhão e fica a 60 Km de São João do Paraíso. Já pertenceu ao município de Carolina, e ambas as cidades fazem parte do Bioma Cerrado. Situam-se no Parque Nacional Chapada das Mesas.¹¹

Estreito é um município de recente emancipação, com 38 anos de existência. A cidade cresceu nos últimos anos – tanto no território ocupado como na economia – devido a sua localização geográfica, sobretudo após a construção da estrada Belém-Brasília (BR-010) e da ponte Juscelino Kubitschek. Além dessas obras, em 2007 foi implementada na cidade a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), banhada pelo rio

¹⁰ Principal município do sul maranhense, que fica a 150 km de São João do Paraíso. A cidade de Imperatriz, além de ter uma grande importância política e econômica para a região, trata-se da segunda cidade mais populosa do estado.

¹¹ Estreito é um município do Estado do Maranhão e que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) possui hoje aproximadamente 41.946 habitantes. Sua área territorial corresponde 2.718,978 km². Estreito outrora pertencia ao município de Carolina, cidade histórica fundada em 08 de julho de 1859.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

Tocantins. Tais obras e empreendimentos atraíram diversas famílias, e ocorreu após esse fenômeno um impulso econômico que não se restringiu apenas à cidade de Estreito, mas às demais pertencentes a região Tocantina¹² e Sul-Maranhense.

Há dois grupos (famílias) de ciganos que residem nesta cidade: um com que mantivemos mais contato, o do cigano Antônio, e um outro, formado por familiares da cigana Luzia (moradora de Carolina). Com o segundo grupo, tivemos menos interações. Os ciganos do grupo do Antônio destacam que viviam andando, e relatam o seguinte sobre os motivos de se fixarem em algumas cidades (vale ressaltar que não vivem mais viajando e se fixaram em um bairro, mas se mantêm em constante movimento no espaço da cidade):

Os filhos vão casando com quem não é cigano, aí a gente mistura as famílias. E tem os netinhos que a gente gosta e não quer largar. Só eu tenho 35 netos (Antônio, 2020).

Hoje nós não saímos mais dos lugares porque os filhos e os netos precisam estudar (...)” (N. C., esposa de Antônio).

Tá vendo aquela ciganinha ali na bicicleta? Daquele tamanhinho e já sabe ler. Hoje em dia já tem até cigano formado (J. O, genro de Antônio, 2020).

Nós ficamos aqui porque nós negociamos tudo quanto há: casa, lote, carro, moto. Cigano agora não quer mais saber de vender jumento não, agora nós vendemos é carro e moto (Antônio, 2020).

O Antônio, meu tio, veio primeiro, em 2011, depois eu cheguei aqui com minha mãe e meus irmãos, em 2012. Viemos por causa da barragem, para fazer nossas Catiras¹³ por aqui (Moreno, 2020).

Lembro que quando eu vivia na estrada eu tive que dar minha filha. Não tive condições de criá-la, e precisava me mudar do interior. Eu morava numa fazenda, sabe? Aí, sem condição de cria-la, dei pro fazendeiro. Ela tinha acabado de nascer e eu a entreguei ainda suja de sangue. Sofri demais, ia pra igreja todo dia pedindo pra deus trazer ela de volta, e ele trouxe. Ano passado ela veio me ver. Moça bonita, e formada, graças a Deus. Ela disse que não tem raiva de mim não, que sabe que eu sofria(...)” (D. V. S. 65 anos, 2020).

¹² Nomenclatura utilizada em referência à região de fronteira MA/TO, que fica às margens do rio Tocantins.

¹³ Catira: categoria utilizadas por esse grupo de ciganos e que está relacionada ao ato de fazer negociações/trocas de imóveis, automóveis e demais objetos.

Tais falas são simbólicas, pois evidenciam a vida de errância como difícil, porém necessária para a sobrevivência dessas pessoas (TOYANSK, 2019). Sendo assim, a fixação se deu por melhores condições de vida, dado pelo sofrimento e dificuldades de uma vida andando. Essas falas vão ao encontro do que foi relatado pelos ciganos em São João do Paraíso.

AS REDES CIGANAS ENTRE ESTREITO E SÃO JOÃO DO PARAÍSO

Dentre as famílias ciganas que vivem em Estreito, evidenciam-se duas de etnia Calon, que também contribuíram e contribuem com a construção de uma identidade pluricultural da cidade, bem como para sua expansão territorial. As primeiras famílias ciganas chegaram na cidade por volta de 2011, as quais fixaram moradia no bairro denominado Madre Paulina.

Entretanto, é necessário ressaltar que a presença de outros ciganos na cidade de São João do Paraíso foi motivo da vinda dessas famílias para Estreito, como afirmaram os ciganos Antônio e Moreno, ambos moradores do bairro Madre Paulina. Pela proximidade das cidades, o recente e substantivo desenvolvimento econômico de Estreito chamou a atenção dos ciganos em São João, que visualizaram nesse município em crescimento novas oportunidades de realizarem suas catiras. Em Estreito, essas famílias vêm estabelecendo uma forma de organização e *socialidade*¹⁴ traçando rotas e estruturando redes de parentesco e trocas com os ciganos de São João do Paraíso. Pode-se destacar que “A circulação dos ciganos também deriva dessas redes de parentescos. E onde estão tios, primos e compadres sempre é um bom lugar para ir e passar um tempo” (MONTEIRO, 2015, p. 71).

O bairro Madre Paulina foi criado através de uma imobiliária no ano de 2007, entretanto, segundo relatos dos seus primeiros moradores, a construção de casas só se iniciou em 2009. O fato do bairro pertencer a uma imobiliária atraiu muitos investidores, pois o terreno era escriturado, por isso, mais bem avaliado pela população

¹⁴ Socialidade é uma categoria de análise utilizada pela antropóloga britânica Marilyn Strathern (1988). No que entendemos com base no que Strathern escreve como modos de ação que estruturam, ou organizam a vida dos sujeitos de diversos contextos culturais. Essa categoria analítica também é utilizada nos trabalhos e pesquisas sobre ciganos calon realizados pelas antropólogas Florencia Ferrari (2010), e Edilma do N. J. Monteiro (2019), os quais também nos auxiliam como suporte teórico em nossas pesquisas.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

estreitense, haja vista a maioria dos bairros da cidade terem surgido através de ocupações irregulares, onde geralmente vive a população mais pobre.

Segundo o que foi observado durante a pesquisa, o bairro era bem aceito antes da chegada dos ciganos, mas hoje em dia é um bairro estigmatizado por causa dessa presença. O bairro Madre Paulina passou a ser conhecido na cidade como “setor dos ciganos” ou “vila dos ciganos” e essa classificação aponta não só uma descrição do grupo, mas um caráter pejorativo, relacionados aos já citados rótulos endereçados aos ciganos no Ocidente. Tal realidade evidencia o estigma social que os ciganos carregam, bem como tais marcas sociais “macularam” o local, sendo que a repulsa e essa nova representação do lugar habitado por esses sujeitos configurou-se como um *efeito de lugar* (BOURDIEU, 1997).

A primeira família cigana a *pousar* em Estreito – sendo esse pousar em decorrência da rede de parentesco na região (MONTEIRO, 2019) – foi a família do cigano conhecido como Antônio, o qual é reconhecido, até pelos moradores não ciganos do bairro, como “Chefão” dos ciganos. Assim destacou a moradora do bairro, dona Joana, ao dizer que “*Seu Antônio é o chefão deles todos*”. Após a vinda dele para a cidade e bairro mencionados, outros parentes também vieram, e realizaram atividades voltadas ao comércio imobiliário, como vendas e trocas de imóveis e também automóveis. Segundo o cigano Moreno: “*Aqui nós compramos lotes, construímos casas, trocamos por carro e moto, e depois a gente vende, negocia. O que aparecer a gente pega na catira*”.

Os imóveis (casas) que são construídos e postos à venda pelos ciganos obedecem o mesmo padrão dos imóveis disponibilizados por algumas construtoras na cidade. São casas com boas condições de habitar e em terrenos espaçosos. Todavia, os ciganos encontram certa resistência em “catirar” com o restante dos moradores da área urbana da cidade, já que a maioria de seus imóveis para negócios se encontram no bairro em que estão fixados, e por esse motivo, as catiras são mais bem-sucedidas com pessoas que vivem na área rural ou com aquelas que moram em municípios vizinhos. A suposição é que isso ocorra pelo fato desses negociadores desconhecerem o estigma que o bairro sofre por causa dos ciganos, ou porque não possuem desejo em morar no bairro, mas compram determinados imóveis para investir.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

Figura 1: Residência do Sr. Antônio.

Fonte: Watilla Cirqueira Leite (2020).

A foto acima demonstra que se comparados ao perfil econômico da cidade e dos ciganos que serão mencionados logo adiante, os ciganos que moram no bairro Madre Paulina (sobretudo os mais velhos) vivem economicamente bem, pois moram em casas de alvenaria e possuem automóveis e imóveis, bem como conseguem garantir o sustento de suas famílias através dessas atividades e trocas. Mesmo assim, esses sujeitos sofrem preconceito e discriminação e não possuem qualquer tipo de ajuda por parte do Estado, da mesma maneira, desconhecem as lutas e engajamentos de alguns líderes e representantes ciganos na política. Se para os ciganos de São João foi a convivência nessas seis décadas que permitiu que a população revisse seus estereótipos sobre o seu grupo, a resistência à presença cigana em Estreito – que iniciou em 2010 – ainda está em um período inicial, o que parece nos ajudar a compreender as diferentes percepções e relações com os bairros habitados por ciganos nessas duas cidades.

Essa “comunidade” cigana que atualmente se encontra no bairro Madre Paulina mantém relações de parentesco com os calons que vivem em São João do Paraíso. Foi em São João o ponto de partida desse grupo cigano que chegou e se instalou em Estreito. Ainda consideram o município em que estavam como um bom lugar para morar, seja pela presença dos parentes que lá habitam ou pela calma que atribuem ao local.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

AS REDES CIGANAS ENTRE ESTREITO E CAROLINA

Recentemente, no ano de 2016, novas famílias de ciganos da etnia calon, e sem nenhuma relação de parentesco com os que já estavam instalados no bairro Madre Paulina, chegaram no município de Estreito em busca de comercializar artesanatos. Estabeleceram moradia em um bairro denominado Ferrovia.

Diferente do bairro Madre Paulina, que fora escolhido pelos primeiros calons para investimentos e moradia, o bairro Ferrovia é um dos mais antigos da cidade de Estreito, e recebe este nome devido à Ponte Ferroviária que o atravessa. Trata-se de um bairro periférico, que durante muitos anos foi abandonado pelo poder público, um local onde ocorrem crimes ligados ao tráfico de drogas e até mesmo assassinatos de pessoas na via férrea e nos matagais que lá se encontram. Os ciganos que vivem nesse bairro não possuem casa própria, vivendo, portanto, em residências precárias e de aluguel – em situação de vulnerabilidade econômica e social. A renda dessas famílias é obtida através da fabricação e vendas de artesanatos, como cofres e jarros para plantas.

Figura 2: Artesanatos fabricados pelos calons de Estreito e expostos em venda na cidade de Tocantinópolis – TO



Fonte: Acervo do cigano Fabio, o “Bim” (2020).

Estes possuem ligação de parentesco com outra família calon que atualmente reside em uma ocupação na cidade de Carolina (MA), representada e liderada por Luiza

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

(interlocutora da pesquisa), reconfigurando dessa maneira uma outra rede de parentesco entre essas duas cidades, rede que começa a se desenhar através do casamento exogâmico de Luiza com seu companheiro Wanderson, que mora na cidade de Carolina há mais de 20 anos.

Luiza tem 36 anos, é natural de Porto Nacional (TO). Ela é mãe de seis filhos, dos quais quatro vivem com ela e com seu companheiro – os outros vivem atualmente com sua mãe e seus irmãos na cidade de Estreito, mas frequentemente se deslocam para Carolina e “passam uns dias com ela”, como ela destaca.

A cigana Luiza salienta que é filha de ciganos calon “legítimos”, e que cresceu no estado do Ceará, porém nasceu no Tocantins nos tempos em que seu pai “andava no mundo”:

Minha filha, meu povo é do Ceará (pai e mãe). Eu nasci na cidade de Porto Nacional no Tocantins, no tempo que pai andava no mundo [...]. É porque nesse tempo que a gente andava no mundo não tinha essas frescuras de conselho (tutelar) e escola. Nós já andamos esse mundo todo e viemos nos aquietar agora. Mas nós já andamos pelo Pará (Itaiatuba e Santarém), andamos pelo Sergipe, Piauí, Pernambuco, Bahia. Nós conhecemos esse Brasil de ponta a ponta (LUIZA, 2020).

De acordo com Rafael de Oliveira Cruz¹⁵, discente no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins, ex-morador e pesquisador em Carolina, a ocupação em que dona Luiza vive com sua família está localizada nas proximidades do bairro Vitorino Freire, próxima ao cemitério construído pelo CESTE (Consórcio Estreito Energia¹⁶), local onde foram realocados restos mortais de pessoas enterradas em “campos santos” inundados pelo reservatório da barragem. Vale ressaltar que Luiza e família são os únicos ciganos que vivem nessa ocupação.

¹⁵ Rafael obteve essas informações quando trabalhou como mobilizador social para uma empresa terceirizada que desenvolveu o programa de comunicação social do PBA (Plano Básico Ambiental) da barragem, o mesmo atuou realizando pesquisa social nos 12 municípios atingidos pelo empreendimento.

¹⁶ Entidade responsável pela construção, funcionamento e manutenção da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

Figura 3: Entrada para o local onde está situada a ocupação onde a Sra. Luiza vive atualmente.



Fonte: Rafael de Oliveira Cruz (2020)

Figura 4: Barraco em que a Sra. Luiza vive com a família.



Fonte: Rafael de Oliveira Cruz (2020)

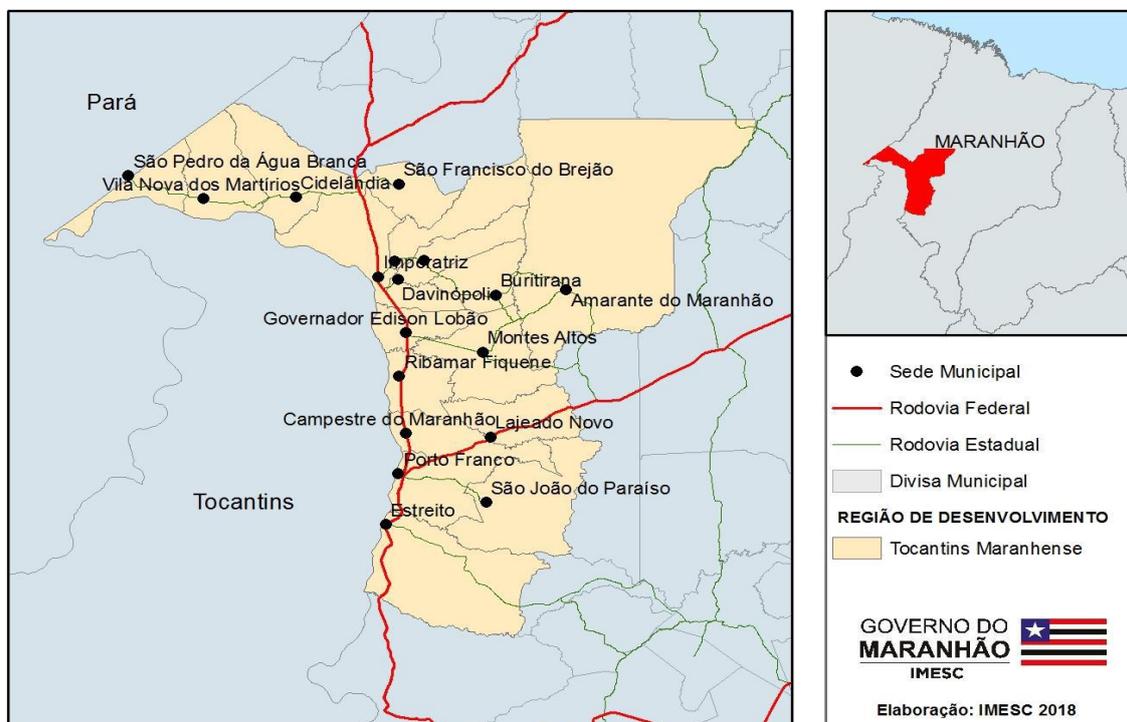
Essas fotografias foram tiradas com o intuito de demonstrar a realidade social dos moradores do bairro onde habita a cigana Luiza e seus familiares. Ela indica como os ciganos de Carolina, diferente de alguns calons que vivem em São João do Paraíso e Estreito, estão em condição de vulnerabilidade social, algo que pode ser constatado tanto pela precariedade do bairro quanto da habitação.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

ENTRE FIXAÇÃO, ROTAS, TROCAS E A INVISIBILIDADE POLÍTICA NO SUL DO MARANHÃO

Os ciganos estão presentes na região sul do Maranhão há algumas décadas. Circularam entre várias cidades até fixarem-se em uma, no caso, as cidades que foram citadas nesta pesquisa. Estes hoje estão fixados, mas mantêm rotas de parentescos e socialidades entre ciganos ou não ciganos, com destaque para Estreito e São João do Paraíso. A seguir temos um mapa para localizar tais cidades:

Figura 5: Mapa das cidades



Fonte: IMESC, 2018.

Os ciganos, em suas rotas para interações parentais ou comerciais, constroem uma rede de relações que ultrapassa o território em que estão fixados. Essa característica e as constantes práticas entre eles – que constituem um tipo de solidariedade – nos permitem observar outra compreensão de territorialidade.

Ao discorrer sobre os ciganos no Vale Mamanguape, Monteiro (2015) destaca que este grupo tem uma ideia distinta sobre território. O território “representa um espaço delimitado pelas redes de parentesco, de amizades, solidariedades e trocas

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

variadas, portanto seria um território expandido, que pode ser transformado, podendo haver um novo limite territorial” (MONTEIRO, 2015, p. 74).

Acreditamos que os ciganos no Sul do Maranhão também partem dessa compreensão de territorialidade. Como destacado, os ciganos do grupo do Antônio residiam em São João do Paraíso (MA), o mesmo migrou juntamente a sua família para a cidade de Estreito (MA) em favor de uma rota de negócios nas proximidades dos demais familiares. Vale lembrar que foram os vínculos parentais com Antônio que trouxeram o grupo de Mário para São João do Paraíso. As rotas percorridas e os locais escolhidos para uma fixação obedecem ao estabelecimento de uma rede familiar ou de outros laços de afinidade, como também destacou Monteiro (2019) em suas pesquisas com os ciganos na Paraíba:

[...] Percebi na Costa Norte que as rotas são traçadas por laços parentais, e por laços de afinidades, há possibilidade também de rotas quando estão fazendo negócios. Esse processo de fluxo que acontece entre o grupo de ciganos não está fixado há um tempo limite de permanência e partida de um determinado local, os deslocamentos acontecem de acordo com alguma necessidade (MONTEIRO, 2019, p. 196).

Tal fenômeno foi também evidenciado nas pesquisas feitas por Florencia Ferrari com ciganos calons em São Paulo, em que ao segui-los se revelava “[...] uma rede de parentes, conhecidos e lugares se abria para todos os lados: bairros, pousos antigos, parentes espalhados, e um circuito muito extenso e ao mesmo tempo familiar, que revela uma vida em ‘movimento’” (FERRARI, 2010, p. 102). Sendo assim, além das trocas é muito comum a presença destes ciganos em momentos festivos, em que estes se deslocam de uma cidade para outra, ou então quando vão apenas visitar os parentes. São constantes as interações entre os ciganos calon de Estreito e São João do Paraíso.

Sobre os demais calons que estabelecem uma nova rota e rede entre Estreito e Carolina, é necessário enfatizar que tais ciganos pertencentes à família de Luiza, por mais que tenham adentrado na cidade de Estreito para comercializarem seus artesanatos, chegam a partir de rotas estabelecidas por outras redes de parentesco que existem na grande região norte/nordeste. Como vimos, algumas cidades dessas regiões foram citadas por Luiza como local de passagem (rota) do seu “povo”, nos tempos em que seu pai “andava no mundo todo”.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

Essas falas nos permitem compreender a socialidade calon e como essas redes são traçadas, evidenciando que: “a rede de relações entre ciganos ultrapassa os limites da localidade em que estão inseridos” (FERRARI, 2010, p. 68). E mais, os constantes fluxos alteram a configuração familiar e, em alguns casos, novas rotas são traçadas, conectando redes e estreitando laços, como é o caso de Luiza, que cria uma rota a partir de seu casamento exogâmico. Acerca disso Ferrari (2019) salienta:

[...]. No entanto, como o casamento endogâmico não é prescritivo, membros de fora (ciganos ou não ciganos) são com frequência incorporados. Por um lado, a sociedade se dobra sobre si mesma, por outro, a rede nunca se fecha totalmente. Tendo como foco uma pessoa num determinado acampamento, podemos traçar todas as pessoas que são parentes suas; mudando o foco para a pessoa ao lado, uma nova rede se desenha, sendo em parte sobreposta à da primeira, e em parte distinta. As redes se estendem para acampamentos de outras cidades e de outros estados, sem que seja possível, no entanto, delinear onde começam e onde acabam. Não é possível definir um contorno de um grupo fechado. (FERRARI, 2019, p. 163).

Diante disso, percebemos a partir desta pesquisa com os ciganos calon do Sul do Maranhão um mundo em movimento, um mundo que se conecta através de constantes fluxos e redes de parentesco. E que:

O parar/morar não significa fixação, o viajar/andar tampouco significa “errância”, o movimento, sendo absoluto, não se define em relação ao espaço físico, o território, mas sim à rede afetiva de relacionalidade – parentes, inimigos, estranhos, gadjes (FERRARI, 2010, p. 273).

Concernente à realidade social e políticas públicas, os ciganos que residem em São João do Paraíso (MA) destacam que as trocas e vendas são fundamentais para o seu sustento. Também enfatizam que a vida dos ciganos começou a mudar a partir do governo Lula. Não apontam nenhuma política destinada ao seu grupo, mas que todas as ajudas advindas deste governo foram de muita valia para estes. Podemos dizer que:

Após anos sendo invisibilizados no Estado brasileiro, os ciganos passam a ser vistos por esse Estado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ganhando reconhecimento numa pasta da Secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial, a qual visava trazer à cena a diversidade do povo brasileiro (MONTEIRO; FIGUEIREDO, 2020, p. 359).

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

Da mesma maneira, os ciganos de Estreito que residem no bairro Madre Paulina garantem a renda necessária para sustentarem suas famílias através das trocas e negócios (catiras) que realizam. Mas o cigano Antônio também demonstra gratidão ao ex-presidente Lula. Quando indagado sobre seu conhecimento acerca do reconhecimento dos povos ciganos pelo então presidente, Antônio nos diz o seguinte: “*O Lula é amigo de todos nós*”, referindo-se aos ciganos. Por mais que esses ciganos não apresentem um conhecimento formal dos direitos e políticas voltados para o seu grupo étnico, reconhecem a gestão do Presidente Lula como benéfica para os seus.

Em relação aos ciganos em Estreito e Carolina, existe uma disparidade entre a realidade econômica dos calons moradores no bairro Madre Paulina com a dos calons moradores no bairro Ferrovia e da ocupação em Carolina. Enquanto os familiares de Antônio vivem em casas próprias construídas com alvenaria, possuem automóveis e conseguem garantir renda suficiente para seu sustento e negócios, Luiza e seus familiares fixados no bairro Ferrovia conseguem — através da venda de seus artesanatos — como ela mesma destaca “mal para comer”. Vivem em uma área de risco e de contaminação. Cozinhando a lenha debaixo de um barraco de madeira, lona e retalhos, pede apenas um “trabalho pra ‘mode’ o marido comprar uma moto para vender seus objetos nas outras cidades”.

Luiza revela que o Auxílio Emergencial¹⁷ no valor de seiscentos reais tem ajudado ela e sua família, muito embora seja ainda pouco, tendo em vista a precariedade em que vive. Ressalta que esse auxílio veio através do programa Bolsa Família e do CadÚnico, do Governo Federal, e que seus filhos estudam em escola pública, assim como utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS), já que não possuem recursos para acessar as instituições privadas. Fica então evidente que as únicas políticas públicas às quais essas pessoas têm acesso não são específicas, e por não serem específicas, além das dificuldades encontradas nesses órgãos públicos, esses ciganos sofrem discriminação quando necessitam e as sondam, mediante o estigma social que carregam, por sua condição de sujeitos invisibilizados como cidadãos e sem nenhum tipo de reparação social que de fato promova mudanças reais e significativas.

¹⁷ O Auxílio Emergencial trata-se de um programa de ajuda financeira criado pelo Governo Federal sob iniciativa do poder legislativo. O mesmo é destinado às pessoas em vulnerabilidade socioeconômica nos tempos da pandemia do coronavírus e decorrente crise sanitária que o país (e o mundo) vive em 2020. Um dos requisitos para ter acesso ao auxílio é o registro no cadastro único dos programas sociais.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

Os povos ciganos podem ser encontrados em todo o território brasileiro. Ainda no governo Lula (quando existiam secretarias hoje extintas, cujas atribuições estão atualmente no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), estes foram reconhecidos como população tradicional pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SECOMT), destacando assim a importância de políticas públicas para estes povos¹⁸.

Segundo Aquino (2020) os ciganos, apesar de citações em decretos e do desenvolvimento de uma cartilha de políticas públicas para esses povos (BRASIL, 2013), não têm ao seu favor políticas específicas, já que as medidas políticas direcionadas aos povos ciganos agregam diversas medidas gerais para grupos tradicionais, sem contemplar suas especificidades. Nesse sentido, as comunidades ciganas no Brasil necessitam de direitos efetivos e reconhecimento.

Apenas o grupo do cigano Mario, em São João do Paraíso (MA), conhecia o dia nacional do cigano, sendo que tal informação lhe foi passada recentemente por ciganos da Bahia. Cabe destacar que apesar da presença cigana no estado do Maranhão, não há nenhuma iniciativa deste ente federado voltada para amparar tais populações.

Assim como à família de Luiza em Estreito e Carolina, o programa Bolsa Família vem ajudando no sustento das famílias ciganas em São João do Paraíso (MA). Vale ressaltar que não são todas as famílias que estão incluídas nesse programa, pois algumas não atendem ao perfil socioeconômico estipulado para participar dos programas sociais. Os ciganos que são bem sucedidos nas suas práticas de troca e venda não apresentam uma carência socioeconômica, mas também são privados dos direitos e reconhecimento social devido.

Vale ressaltar também o simbolismo que existe nas relações de trocas entre ciganos e não ciganos: ou seja, dentro das relações econômicas que estes estabelecem com a cultura dominante, existe uma dimensão simbólica que excede o valor das coisas, e tendo em vista o estigma, os ciganos conseguem através dessas trocas estreitar laços e manter relacionamento com os não ciganos. Tal mecanismo pode ser compreendido

¹⁸ Os marcos legais em relação aos direitos dos ciganos no Brasil só têm início a partir de 2006, quando o então presidente Luís Inácio Lula da Silva decreta o dia 24 de maio como o Dia Nacional dos Ciganos no Brasil. Até então, os ciganos eram uma população presente no país em plena invisibilidade, não aparecendo nem nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma etnia.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

como uma tentativa que eles encontram para escaparem ou manipularem o estigma social. Para além, tais relações estabelecidas mostram modos de ser calon, de “[...] compartilhar o espaço físico com processos que estão contidos na sua cosmologia de vida” (MONTEIRO, 2019, p. 209).

Defronte a esses fatos que de certa maneira “invisibilizam” sujeitos, os moradores calons das cidades citadas sofrem diariamente com a discriminação social e com o abandono das autoridades, e na necessidade de subsistência são obrigados a viverem na informalidade, e assim buscam atividades relacionadas a vendas e trocas de imóveis, automóveis e outros objetos. Entretanto, é nesses momentos que muitos se deparam com a resistência e encontram dificuldades em estabelecer relações com a cultura dominante, tendo em vista as tecnologias de controle social em que impera o preconceito e a discriminação, pois embora algumas dessas famílias abordadas vivam economicamente bem em relação às outras que permanecem em vulnerabilidade econômica e social, ambas estão submetidas à violência simbólica e ao Racismo de Estado (FOUCAULT, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões trazidas neste artigo, destacamos a presença de ciganos calons no sul do Maranhão. Ao acompanhar e observar determinado grupo cigano percebe-se uma rede de parentes e conhecidos que se interliga intensamente. Trouxemos – como *locus* da pesquisa três cidades em que há presença calon, onde – de maneira geral – vivem sem assistência do Estado, sustentando-se a partir de trocas, vendas, artesanatos, e que se abrem para uma rede de comercialização e sociabilidades nesta região.

Os calons presentes nas cidades de Estreito e São João do Paraíso destacam que a fixação foi uma forma de melhorar suas condições de vida, que era marcada pelos desafios da vida nômade. Os poucos que têm acesso ao Bolsa Família, não conseguem – com a quantia recebida – garantir o sustento dos seus. Nesse sentido, apontam como forma de subsistência a troca, venda, e tais relações de trocas ultrapassam o território em que se fixam. As práticas de troca e venda, e o estabelecimento de relações mostram

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

como os calons constroem socialidades e como isso se torna algo do ser calon, formando seu território a partir de uma rede de interações.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, Philippe; FENARTSTREIFF, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Difel, 1998, p. 185-227.

BRASIL, Relatório Executivo. **Povo Cigano**. 2013.

AQUINO, André Robeiro. **Uma aproximação entre a realidade jurídica da Colômbia e do Brasil**. In: BRASIL, Ministério Público Federal. Coletânea de artigos; povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa/ 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações indígenas e Comunidades Tradicionais – Brasília: MPF, 2020.

CONCEIÇÃO, Wellington. **Sossega, moleque, agora você mora em condomínio: segregação, gestão e resistência nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro**. –1ª ed. – Curitiba:Appris, 2018.

CAVALCANTE, Janeide da Silva. **Ciganos em São João do Paraíso-MA: de andadores a moradores**. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais. UFT. Tocantinópolis, 2018.

CIRQUEIRA, Watilla Leite. **Interações sociais e o estigma: um estudo das relações sociais entre calon do bairro Madre Paulina e os gadjes em Estreito/Ma**. Monografia (Graduação)- Curso Ciências Sociais. UFT. Tocantinópolis, 2020.

FERRARI, Florencia. Nunca Sozinho: redes de parentes calon e o mundo gadje. In: GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; TOYANSKI, Marcos; OLIVEIRA, Luciana de; (org.). **Ciganos: olhares e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

FERRARI, Florencia. **O mundo Passa: Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. São Paulo, 2010. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FERRARI, Florencia. **Um olhar oblíquo. Contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano**. Dissertação (Mestrado em Antropologia social), PPGAS. USP. São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no College de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54

MONTEIRO, Edilma. **As crianças calon:** Uma etnografia sobre a concepção de infância entre ciganos no Vale do Mamanguape- PB. Dissertação (Antropologia), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa- PB, 2015

MONTEIRO, Edilma. Fluxos, redes e rotas: pensando o espaço territorial cigano a partir de uma experiência de campo. *In:* GOLDFARB, Maria Patricia Lopes; TOYANSKI, Marcos; OLIVEIRA, Luciana; (org.). **Ciganos:** olhares e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p.193-212

MONTEIRO, Edilma; FIGUEIREDO, Marcilania Alcântara. Teoria e experiência em diálogo: Perspectivas para pensar o direito á escolarização entre ciganos. *In:* 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Populações indígenas e Comunidades Tradicionais (org.). **Coletânea de artigos: povos ciganos:** direitos e instrumentos para sua defesa. Brasília: MPF, 2020. 467 p.: il., fots. color.

PEREIRA, Cristina Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornélia. Etnografia: Saberes e práticas. **Revista Iuminuras**, v. 9, n. 21, 2008.

ROTHENBURG, Walter Claudius; STROPPA, Tatiana. Estatuto dos povos ciganos no projeto de lei do senado N° 248, de 2015. *In:* 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações indígenas e Comunidades Tradicionais (org.). Brasil, Ministério Público Federal. **Coletânea de artigos; povos ciganos:** direitos e instrumentos para sua defesa/ Brasília: MPF, 2020.

TOYANSK, Marcus. Identidades ciganas: origens, grupos e contextos. *In:* GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; TOYANSKI, Marcus.; OLIVEIRA, Luciana.; (org.). **Ciganos:** olhares e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de esquina:** a estrutura social de uma área pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge zahar Ed, 2005.

Recebido em: 01/07/2020 Aprovado em: 30/08/2020
--

Entre rotas e fixações: a presença calon no sul do Maranhão e sua invisibilidade política – Janeide da Silva Cavalcante; Watilla Cirqueira Leite; Wellington da Silva Conceição – p. 32-54